





## O PROFESSOR HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM PAIS, MÃES E EDUCADORAS?

**The male educator in Early Childhood Education: what do fathers, mothers, and female educators think about it?**


Dalila Castelliano de **VASCONCELOS**


Doutora em Psicologia  
Universidade Federal de Campina Grande  
Unidade Acadêmica de Educação e Programa de  
Pós-graduação em Educação da UFCG  
Campina Grande, Brasil  
[dalila\\_bal@hotmail.com](mailto:dalila_bal@hotmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0001-9622-4057> 

Lucivanda Cavalcante **BORGES**

Doutora em Psicologia  
Universidade Federal do Vale do São Francisco  
Colegiado de Psicologia e Programa de Pós-  
graduação em Psicologia da UNIVASF  
Petrolina, Brasil  
[luciborgespsi@gmail.com](mailto:luciborgespsi@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-0393-0102> 

Nádia Maria Ribeiro **SALOMÃO**

Doutora em Psicologia  
Universidade Federal da Paraíba  
Departamento de Psicologia e Programa de Pós-  
graduação em Psicologia Social da UFPB  
João Pessoa, Brasil  
[nmrs@uol.com.br](mailto:nmrs@uol.com.br)  
<https://orcid.org/0000-0003-1305-7762> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

A prática docente do homem na Educação Infantil- EI ainda é vista de forma estigmatizada. Diante disso, a presente pesquisa busca analisar a concepção de pais, mães e educadoras de crianças de 24 e 36 meses de idade da cidade de João Pessoa-PB, sobre a presença do professor homem na EI. Foram entrevistados 100 participantes: 40 pais, 40 mães e 20 educadoras. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin. Quando considerado o binômio cuidar-educar, 34% dos participantes apresentaram resistência ao fato do educador desempenhar sua função de forma integral, o cuidar e o educar. As educadoras revelaram maior resistência, manifestada em 50%. A associação entre cuidado de crianças pequenas e habilidades naturais femininas se apresenta como entrave à atuação profissional do homem na EI. Destaca-se que a equidade de gênero na EI perpassa pela garantia da liberdade de escolha profissional e por uma vivência infantil em um contexto educacional livre de preconceitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Gênero. Pais. Homem.

### ABSTRACT

Men's teaching skills, when it comes to Early Childhood Education - ECE, is still accounted as being stigmatized. In face of this, the present research targets to analyze the conception of fathers, mothers, and female educators of children of 24 and 36 months of age in the city of João Pessoa-PB about the presence of male educators in ECE. 100 participants were interviewed: 40 fathers, 40 mothers, and 20 female educators. The data were analyzed as from the content analysis proposed by Bardin. Where the care-educate binomial is concerned, 34% of the participants were resistant to the fact that the male educator performs his duties successfully, such as caring and educating. The female educators showed greater resistance, manifested by 50% of those. The association between the caretaking of young children

and women's natural abilities turns out as an obstacle to the professional performance of men in ECE. It is noteworthy that gender equity in ECE implies in the guarantee to freedom of professional choice and experience with children in the educational context deprived of prejudices of any sort.

**KEYWORDS:** Early Childhood Education. Gender. Parents. Man.

## INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, compreende a vivência de atividades e aprendizagens estruturadas em interações e brincadeiras. Tais ações são organizadas a partir de uma intencionalidade pedagógica, pautada no binômio cuidar-educar e nas características do desenvolvimento da criança (BRASIL, 2017).

A indissociabilidade entre cuidar e educar significa que o cuidar não se restringe aos aspectos físicos da criança, mas à sua integralidade. Como ressaltam Gomes, Silva e Ern (2003), o binômio cuidar/educar implica no desenvolvimento de ações que proporcionem, a todo instante, estimulação visual, olfativa, gustativa, tátil, auditiva, bem como oportunizem a socialização das crianças. À medida que se disponibiliza cuidado à criança, é colocada em prática uma ação educativa (VASCONCELOS; SALOMÃO, 2016). Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas na Educação Infantil, pressupõem, ao educador, uma formação qualificada para a sua atuação, de forma que seja intencional, planejada e baseada no conhecimento sobre o desenvolvimento infantil.

Oliveira, Donelli e Charczuk (2020) destacam que a relação entre cuidar e educar deve ser considerada na prática educativa, para que a criança não seja compreendida apenas como um sujeito de direito à educação, mas sim como um sujeito de desejo. A partir dessa compreensão ampliada, é que se pode superar uma visão que sujeita a criança a um saber vertical. Nesse sentido, Fonseca (2018) afirma que a ação do educador ocorre pelo entrelaçamento entre o educar, o cuidar e o brincar.

Por outro lado, a Educação Infantil também tem sido marcada por um processo de naturalização e descaracterização do papel do educador, em que, de um modo geral, o caráter educativo de sua prática profissional é desconsiderado. Historicamente, as práticas de cuidado e educação no âmbito privado têm sido atribuídas principalmente à figura feminina. Esse ideário tem se manifestado também no âmbito das instituições de Educação Infantil, o que impacta na maior quantidade de mulheres tanto na formação profissional, quanto na atuação docente nesse contexto (JAEGER; JACQUES, 2017). Esse ideário considera que a mulher, como naturalmente apta para a maternidade, para o cuidar e proteger o filho, estaria também preparada para cuidar das crianças na

Educação Infantil, como uma extensão do lar. Assim, o que é valorizado são as supostas competências femininas em detrimento de competências profissionais, o que descaracteriza e desqualifica a profissão de educador na Educação Infantil (ARCE, 2001).

Outrossim, documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases para a educação básica – LDB (BRASIL, 1996), permitem o curso normal de nível médio como formação mínima para a atuação na Educação Infantil. Tal lei, ao considerar a Educação Infantil como política social, assegurou a corresponsabilidade do Estado com a educação e cuidado dos filhos pequenos e contribuiu para a entrada da mulher no mercado de trabalho. Entretanto, por outro lado, a lei também contribuiu para a desvalorização e precarização da Educação Infantil por parte do Estado. Este, ao não prescindir de formação técnica/profissional específica para o exercício da docência na EI, acaba por menosprezar o trabalho da mulher docente da EI (RABELO; MARTINS, 2010; FINCO, 2015).

Nesse processo, fica evidente o papel que o Estado assume na hierarquização das relações de gênero, compreendida como uma construção sociohistórica que produz as diferenças entre os sexos e é atravessada por relações de poder e cultura (LOURO, 2007). Nesse sentido, é de fundamental importância entender as tais relações, tensões e concessões que permeiam o processo de construções de políticas públicas educacionais, articulando gênero e Educação Infantil (ALVARENGA; VIANNA, 2018).

As atividades ocupadas por mulheres, em sua maioria, tratam-se de trabalhos informais, mal remunerados e não qualificados (LIMA, 2018). E mesmo quando elas possuem alto nível de escolaridade, elas continuam recebendo menos que os homens. Diante disso, Carvalho e Rabay (2015) chamam a atenção para o fato de alguns cursos superiores terem atingido a paridade de sexo, que se refere a uma maior igualdade quantitativa de homens e mulheres no curso, mas que isso não significa equidade de gênero. Nessa conjuntura, o campo da Educação Infantil não apresenta paridade nem equidade, pois é uma área predominantemente ocupada por mulheres.

O estereótipo da mulher como cuidadora, dotada de afetuosidade e sensibilidade para a educação das crianças, delimita espaços e papéis de gênero na sociedade, que afasta os homens dos cursos de Pedagogia e da atuação na Educação Infantil (JAEGER; JACQUES, 2017). Essas autoras realizaram um estudo com educadores homens da Educação Infantil, cujo objetivo foi conhecer como se deu a escolha e inserção desses na profissão. Os resultados apontaram que as vivências da infância e adolescência, o interesse em trabalhar com crianças e os conhecimentos teóricos foram considerados

importantes para a formação docente e para a prática profissional. Esses profissionais também relataram a preocupação e a angústia de seus familiares com a sua escolha profissional, sobretudo em relação à baixa remuneração. As autoras da pesquisa acrescentam ainda, que o fato de o Brasil apresentar uma das piores remunerações aos professores, as más condições de trabalho a que esses profissionais estão expostos e o baixo prestígio social da profissão, são fatores que prejudicam a trajetória profissional do educador.

Gonçalves et al. (2015) investigaram as representações sociais da atuação do homem como professor da Educação Infantil. Participaram da pesquisa homens educadores, pais e mães, um secretário de educação, um gestor e um estagiário do curso de Pedagogia de uma cidade do Estado do Mato Grosso do Sul. Na representação do secretário de educação e dos homens educadores, as mulheres apresentam maior sensibilidade, que, para eles, é uma característica inerente à maternidade. Em função dessas características, segundo eles, seria mais fácil para elas exercerem a prática docente com crianças. Para o gestor, não seria adequado um docente homem na Educação Infantil, pois, nessa fase do desenvolvimento, há a necessidade de cuidados físicos cotidianos com as crianças, o que poderia deixá-las mais vulneráveis à pedofilia. Para os pais e mães de meninos, seria aceitável um educador do sexo masculino na Educação Infantil, porém, eles afirmam que procurariam “vigiar” a prática desse profissional. Já os pais e mães de meninas preferem que o educador seja do sexo feminino. Em relação ao estagiário de Pedagogia, o sexo do educador não seria importante para a prática na Educação Infantil, o quesito necessário seria uma boa formação.

Esses resultados apontam para a estereotipia de gênero, em que a figura do homem educador é vista como um iminente perigo sexual às crianças, e as mulheres são percebidas como seres assexuados (OLIVEIRA; VIVIANI, 2019). Paralelo a isso, de acordo com Gonçalves (2010), dentre os poucos homens docentes que atuam na Educação Infantil, a maioria deles prefere trabalhar como gestores de escola, educador físico e/ou ministrar outras disciplinas em que não seja necessário estar todos os dias com a mesma turma em sala de aula. Assim, como destaca Raveri (2018), é preciso desenvolver ações que problematizem esse cenário e utilizem o conceito de gênero como uma ferramenta que possibilite o rompimento com o determinismo biológico e as relações de dominação.

As dicotomias e polaridades de gênero sobre o trabalho na Educação Infantil também pode trazer consequências negativas para as crianças. Como afirmam Giachini

e Leão (2016), o compromisso com a equidade de gênero na mais tenra idade, perpassa pela promoção de atividades que lhes oportunizem vivências significativas nessa questão. À vista disso, a feminização da Educação Infantil, retira, da criança, a oportunidade de convivência com referenciais adultos do sexo masculino (ROSEMBERG, 2002). A convivência de crianças com educadores homens na EI pode contribuir para que meninos não só possam associar o cuidado ao homem, como também colabore para a internalização da liberdade de escolha profissional. Isso ocorre, uma vez que, de acordo com Liben, Bigler e Krogh (2002), crenças e aspirações das crianças sobre ocupações refletem estereótipos culturais de gênero.

Weisgram, Bigler e Liben (2010), ao examinarem os interesses ocupacionais de crianças, adolescentes e adultos, concluem que o sexo dos trabalhadores por si só pode ter papel direto na formação dos interesses profissionais dos indivíduos. Participantes de todas as idades se interessavam mais por empregos representados com trabalhadores do seu sexo, do que em empregos idênticos representados com trabalhadores do outro sexo. Esses dados sugerem que, apenas observar que uma ocupação é realizada exclusivamente por trabalhadores de outro sexo, pode reduzir muito a probabilidade de desenvolvimento de indivíduos ou expressar interesse nesse campo. Além disso, os resultados indicam a existência de um ciclo de autopropagação, o que torna difícil aumentar, significativamente, o número de trabalhadores que rompem com a forma tradicional que um determinado campo profissional é ocupado.

Resultados de pesquisas em sociedades não ocidentais, como a desenvolvida recentemente por Lew-Levy et al. (2020) na Tanzânia e República do Congo, vão na mesma direção. A partir de observações naturalísticas de caçadores-coletores, os autores concluem que crianças são mais propensas a participarem de brincadeiras, com temas de trabalho que estejam em conformidade com as normas de gênero em sua sociedade.

Destaca-se, desse modo, que a primeira infância é marcada por sucessivos processos de socialização que ocorrem de maneira não linear e envolve interações bidirecionais com diferentes agentes socializadores (SANTOS, 2020). Nesse sentido, reconhece-se a escola como um espaço de não neutralidade na construção das relações de gênero e das identidades infantis, uma vez que é nesse espaço onde as crianças estabelecem muitos dos seus primeiros relacionamentos interpessoais (ALCÂNTARA; DIAS; GIVINI, 2019). Assim, o longo tempo de convivência das crianças com os educadores da EI confere, a essa experiência, um lugar importante nos processos identitários dos meninos e das meninas (SILVA; LUZ, 2010). Dessa forma, compreende-

se que essa fase é um momento, especialmente sensível, para experienciar práticas não sexistas no âmbito da educação (AZÚA; LILLO; SAAVEDRA, 2019).

De acordo com pesquisas realizadas por Monteiro e Altmann (2014) e Sciotti, Perez e Bellido (2019), a presença do homem na Educação Infantil pode gerar, em um primeiro momento, estranheza por parte de uma comunidade com noções de masculinidades rígidas. Porém, segundo os autores, essa mesma presença pode proporcionar rupturas com formas restritas de se perceber feminilidades e masculinidades, além de possibilitar a emergência de outros significados em relação ao cuidar e educar e a carreira docente na EI para homens.

Nesse íterim, considerando que pais, mães e educadores são os principais socializadores das crianças nos primeiros anos de vida, e que as concepções e práticas sobre educação e relações de gênero que estes apresentam influenciam os processos identitários das crianças, questionam-se como esses agentes de socialização concebem a atuação do homem educador na Educação Infantil. Dessa forma, a presente pesquisa busca analisar a concepção de pais, mães e educadoras de crianças de 24 e 36 meses de idade da cidade de João Pessoa-PB, sobre a presença do professor homem na Educação Infantil.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa foi realizada na cidade de João Pessoa-PB e o local, em que ocorreram as entrevistas, foi escolhido pelos seus participantes, variando entre centro de Educação Infantil, residência familiar e local de trabalho dos pais. No total, a pesquisa contou com 100 participantes.

Desse grupo, 40 eram progenitores com baixo nível socioeconômico/educacional, que tinham filhos matriculados na rede de Educação Infantil pública – sendo 20 mães e 20 pais. Cada grupo de pais e de mães foi também distribuído igualmente, de acordo com o sexo do filho; assim, das 20 mães, 10 eram mães de meninas e 10 eram mães de meninos e, dos 20 pais, 10 eram de meninas e 10 eram de meninos. Outros 40 participantes eram progenitores com alto nível socioeconômico/educacional; que tinham filhos matriculados na rede de Educação Infantil privada. Seguiram a mesma distribuição – 20 eram mães e 20 eram pais, distribuídos igualmente em função do sexo do filho. Além dos progenitores, a pesquisa também contou com a participação de 20 educadoras. Desse total, 10 trabalhavam na rede de Educação Infantil pública e 10 na rede de Educação Infantil privada.

Essa distribuição das características dos participantes, previamente planejada, permite que a análise das respostas possa ser realizada de várias formas. Entre essas maneiras, pode-se analisar se as respostas dos participantes variam mais em função do sexo dos pais (40 mães ou 40 pais), em função do sexo do filho (40 de meninas ou 40 de meninos) ou de acordo com do nível socioeconômico/educacional dos mesmos (40 progenitores de baixo nível socioeconômico/educacional e 40 progenitores de alto nível socioeconômico/educacional). Em relação às educadoras, permite analisar as respostas em função da rede de ensino, pública e privada. Assim, a participação de 100 respondentes, justifica-se pela necessidade de cada subgrupo, quando considerado as variáveis analisadas, apresentar 10 participantes.

O nível educacional, de ambos os pais, foi considerado como critério de inclusão, uma vez que pesquisas desenvolvidas por Martins et al. (2011) e Carmo e Alvarenga (2012) indicam que as variáveis sociodemográficas, como local de residência da mãe e nível de escolaridade, contribuem para diferentes ênfases nas práticas de cuidado. Assim, pais e mães que tiverem seus filhos matriculados na rede de Educação Infantil privada deveriam ter, no mínimo, nível superior completo. Também foi um critério de inclusão que os pais e as mães coabitassem com o filho da faixa etária da pesquisa e residissem em João Pessoa. Entretanto, não era necessário que a criança coabitasse com o pai e a mãe simultaneamente e nem foi exigida a participação de casais.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o protocolo nº 551.099. O estudo seguiu todos os aspectos éticos exigidos para pesquisas realizadas com seres humanos.

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada, que apresentava questões relativas a dados sociodemográficos e a questões sobre relações de gênero na infância. Era solicitado, aos participantes, que imaginassem uma situação hipotética em que um homem era professor de crianças de 24 e 36 meses na Educação Infantil. Assim, os participantes foram questionados sobre como se sentiam em relação a essa situação. A mesma pergunta foi feita para todos os participantes, entretanto, cada progenitor respondia a situação considerando que o educador seria o professor de sua filha ou filho.

As entrevistas ocorreram de forma individual e foram gravadas com o prévio consentimento dos participantes. Após a realização das entrevistas, os dados foram analisados a partir das contribuições teórico-metodológicas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e seguiu as seguintes etapas: 1) transcrição das entrevistas; 2) leitura flutuante das entrevistas em que se buscou uma compreensão

global do material; 3) identificação de temas a partir de recortes de palavras ou frases; 4) demarcação de unidades de sentido a partir dos conteúdos; 5) construção de categorias. Os resultados foram discutidos com base na literatura sobre relações de gênero, educador e Educação Infantil, a partir da perspectiva psicossocial.

De modo geral, os pais se mostraram mais resistentes do que as mães para participar da pesquisa e demonstraram um estranhamento ao serem convidados a falar sobre seus filhos. A duração das entrevistas com as mães e com os pais duraram, aproximadamente, 10 minutos, e com as educadoras 21 minutos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A descrição sociodemográfica dos participantes foi realizada da seguinte forma: caracterização do grupo de progenitores de baixo e alto nível socioeconômico/educacional e das educadoras. O grupo de pais e mães de baixo nível socioeconômico/educacional apresentou média de idade de 30 anos – a média de idade dos pais foi de 33, e das mães, 27. Nesse grupo, a escolaridade variou de fundamental incompleto a médio completo, tendo, a maioria dos participantes, nível fundamental incompleto (42%). A renda familiar do grupo variou de menos de um salário mínimo até seis salários mínimos. A maior parte dos participantes desse grupo (52%) se concentrou na faixa de renda entre um e três salários mínimos.

O grupo de pais e mães com alto nível socioeconômico/educacional e que tinha filhos matriculados na rede de Educação Infantil privada, apresentou média de idade de 33,5 anos, sendo a média das mães de 32 anos e a dos pais 35 anos. O controle quanto à escolaridade dos pais ocorreu apenas no grupo de alto nível socioeconômico/educacional, pois todos os 40 participantes desse grupo deveriam ter nível superior completo. Nesse grupo, a renda variou de quatro salários mínimos até mais de 15 salários mínimos, sendo 42% entre 11 e 15 salários mínimos e 32% com renda acima de 15 salários. Esses dados demonstram como os grupos de pais com alto e baixo nível socioeconômico/educacional apresentam características sociodemográficas muito distintas, principalmente em relação à renda e ao nível de escolaridade.

Quanto às educadoras, a média de idade das profissionais que atuam na rede de Educação Infantil pública foi de 33 anos, variando de 21 a 49; já a média de idade das educadoras da Rede de Educação Infantil privada foi de 31, variando de 22 a 41 anos. A renda familiar das educadoras variou de um salário mínimo até 15 salários mínimos.



No grupo de educadoras da rede pública, a renda familiar das educadoras se concentrou entre um e três salários mínimos, com sete participantes. Já no grupo de educadoras da rede privada, a renda familiar variou mais, tendo: quatro educadoras com renda familiar entre um e três salários mínimos; três, entre três e seis; dois, entre sete e dez; e um, entre 11 e 15 salários.

A escolaridade das educadoras variou muito, pois foram entrevistados tanto professoras quanto profissionais auxiliares. No grupo de educadoras que atuavam na rede pública, cinco tinham nível superior completo ou estavam cursando nível superior e cinco tinha nível médio completo. Já no grupo das educadoras que atuavam na rede privada, somente uma participante tinha apenas o nível médio completo; das nove participantes restantes, duas estavam cursando o ensino superior, e sete já o haviam concluído. O tempo em que as educadoras atuavam na área de Educação Infantil variou de 1 a 19 anos, sendo a média de tempo das que atuam na rede pública, de 6,6 anos, enquanto que o tempo das que atuam na rede privada foi de 8,5 anos.

Verifica-se, aqui, uma diferença entre o nível educacional das educadoras que atuavam nas redes públicas e privadas, pois, entre as primeiras, apenas uma minoria apresentou nível superior completo, enquanto que, na segunda, a maioria já estava cursando ou já finalizou o nível superior. Para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (art. 62, 1996), a formação mínima, exigida aos docentes da Educação Infantil e dos primeiros quatro anos do ensino fundamental, é a de nível médio na modalidade Normal. Antes dessa lei, não havia exigência de formação para os docentes da Educação Infantil.

Por outro lado, destaca-se a relevância da formação desses professores em nível superior e a constante atualização de seus conhecimentos, de forma a viabilizar maior compromisso com a qualidade e com as transformações na educação brasileira. A esse respeito, pesquisas (TEBET, 2019; AÇÃO EDUCATIVA, 2019; INEP, 2013; RAUPP et al., 2012) mostram que a formação dos professores é um fator de qualidade para a Educação Infantil, impactando na formação da criança nos anos iniciais do ensino fundamental e em seu desenvolvimento geral.

As educadoras também foram questionadas sobre se já haviam passado por alguma capacitação (Tabela 1), curso ou palestra que abordasse as relações de gênero e a Educação Infantil. De forma geral, 35% declararam que sim, 50% disseram que não, e 15% não responderam. Mais especificamente, do total de 35% das educadoras que afirmaram ter participado de capacitações na área, apenas 10% participaram de

capacitações específicas nesse assunto, as demais (25%) afirmaram que esse assunto foi tratado de forma transversal.

Tabela 1: Capacitação que aborde relações de gênero

	Educadoras da Educação Infantil pública	Educadoras da Educação Infantil privada	Total
Sim	3 (15%)	4 (20%)	7 (35%)
Não	4 (20%)	6 (30%)	10 (50%)
Não respondeu	3 (15%)	-	3 (15%)
Total	10 (50%)	10 (50%)	20 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Assim, como demonstra a tabela acima, apenas 20% do total de educadoras da Educação Infantil privada e 15% das professoras da EI pública participaram de capacitações, no que dizem respeito às relações de gênero, enquanto que o número de educadoras que afirmaram não participar foi de 50% (20% educadoras da EI pública e 30% da EI privada). Conforme Vianna e Finco (2009), uma Educação Infantil de qualidade deve abarcar o debate sobre as questões de gênero. Tendo em vista que a escola é um dos primeiros contextos de socialização da criança e de promoção de seu desenvolvimento integral, a formação dos professores sobre o tema das relações de gênero é importante para a construção da equidade de gênero e suas implicações na constituição das identidades femininas e masculinas.

Em relação à resposta dos participantes sobre a hipótese de um homem desempenhar a função de educador de crianças de 24 e 36 meses, as análises permitiram o agrupamento em quatro categorias:

**Educar e cuidar:** os participantes afirmaram que o educador poderia desempenhar integralmente sua função.

**Nem educar, nem cuidar:** os participantes afirmaram não aceitar que um homem desempenhasse essa função.

**Educar sim, cuidar não:** os participantes afirmaram que o educador poderia realizar a função de educador, mas não de cuidador.

**Não responderam ou não sabiam:** nessa categoria foram agrupadas as respostas em que os entrevistados afirmaram não saber como reagiriam frente a essa situação ou optaram por não responder.

Ressalta-se que as categorias foram construídas à *posteriori* e que a divisão entre cuidar e educar partiu dos próprios entrevistados. Inicialmente, foi analisado se as respostas dos progenitores, que participaram da pesquisa, variavam em função do sexo

dos participantes (40 mães ou 40 pais), em função do sexo do filho (40 de meninas ou 40 de meninos) ou de acordo com o nível socioeconômico/educacional dos mesmos (40 progenitores de baixo nível socioeconômico/educacional e 40 progenitores de alto nível socioeconômico/educacional). As análises das diferenças percentuais mostraram que as respostas dos progenitores variaram mais em função do sexo dos filhos. A aceitação de pais e mães, para a situação hipotética apresentada, varia mais quando se categoriza os progenitores em função do sexo da criança do que em função das respostas serem dadas por mães ou pais, ou por diferenças no nível socioeconômico/educacional. Esse resultado chama a atenção pelo fato do maior nível de escolaridade não está associado a menor estereotipia de gênero.

Tabela 2- Aceitação do educador homem na Educação Infantil

	Progenitores de meninas (n=40)			Progenitores de meninos (n=40)			Educadoras (n=20)			Total Geral
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	Pub.	Priv.	Total	Total
Educ. e cuidar	8 20%	5 12,5%	13 32,5%	14 35%	14 35%	28 70%	3 15%	4 20%	7 35%	48 48%
Nem cuidar, nem educ.	4 10%	7 17,5%	11 27,5%	3 7,5%	3 7,5%	6 15%	1 5%	5 25%	6 30%	23 23%
Educ. sim, cuidar não	2 5%	5 12,5%	7 17,5%	-	-	-	3 15%	1 5%	4 20%	11 11%
Não resp./ Sabia	6 15%	3 7,5%	9 22,5%	3 7,5%	3 7,5%	6 15%	3 15%	-	3 15%	18 18%
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>100</b>
	50%	50%	100%	50%	50%	100%	50%	50%	100%	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

De um modo geral, os resultados expostos na tabela 2 mostram que 48% de todos os participantes aceitam a hipótese de um homem desempenhar seu trabalho de forma integral, ou seja, pode exercer tanto a função de educar quanto de cuidar na Educação Infantil. Por outro lado, 23% dos participantes não aceitam que o homem educador exerça funções do educar, nem do cuidar; 11% aceitam que eles exerçam o educar, mas não o cuidar e 18% não responderam ou não sabiam.

## Educar e cuidar

Ao considerar os dados de forma absoluta, entende-se que quase a metade dos participantes (48%) se mostraram abertos a atuação do homem educador nas funções do educar e do cuidar. Concepções menos estereotipadas sobre o exercício da docência e sobre a Educação Infantil favorecem um desenvolvimento mais livre e pleno da criança no âmbito familiar e escolar. Isso ocorre uma vez que a criança, ao vivenciar o binômio cuidar/educar a partir da atenção prestada pelo professor homem, pode construir novos significados de gênero, feminilidade e masculinidade. Tal experiência pode se constituir, conforme Giachini e Leão (2016), como uma atividade que oportunize vivências significativas para as crianças nessa questão.

De acordo com esses participantes, o homem pode exercer tanto a função de educar quanto de cuidar na Educação Infantil, como exemplificado nas falas a seguir: "Normal não ia ver como uma coisa... acho que não é o sexo que difere o caráter do ser humano" (P18. Mãe de menino- EI Público).

Acho que eu não iria gostar muito, né? Porque hoje em dia.... Mas eu acho normal! Mas acho que eu ficaria com..... Sei lá com..... Sei não. Que hoje em dia ninguém pode confiar em ninguém (P8. Mãe de menina - EI Pública).

Pra mim não teria problema nenhum, porque pra mim é o seguinte, o que importa é a educação que ele tá passando pra o filho. Quem deveria ver isso aí é, o que, a supervisão da creche. Né, porque assim, a partir do momento que você chega, você deixa sua criança da porta pra dentro, a responsabilidade, que eu entendo, é totalmente da creche, dos educadores e da direção. Então, não teria preconceito nenhum não. Da porta pra fora a educação é nossa, da porta pra dentro a educação é da creche. Eu tenho que confiar, porque se eu não confiar vou confiar como? Se eu não fosse confiar eu nem deixaria ele aqui (P34. Pai de menino - EI Público).

Eu acho que seria interessante, até por questão de referencial também dos meninos, de que não tem problema, que é uma profissão, não sei, a questão da Educação Infantil até nas universidades mesmo...vi poucos homens. Então às vezes até tá incutido assim na cabeça das pessoas que não é profissão pra homem... Aqui no Brasil eu não vejo em canto nenhum, fora do Brasil eu já vi vários, várias vezes homens sendo professores de pequenininhos e eles fazem o papel muito bem. Isso eu acho que é questão do pessoal nem estudar (P98. Educadora - EI Privada).

Os resultados apontam que na categoria "educar e cuidar", a aceitação dos pais e mães sobre o homem educador, nessas atividades, é maior quando o filho é do sexo masculino (70%). Em relação às respostas das educadoras, 35% delas consideram que um homem pode ser educador no ensino infantil, exercendo as funções do binômio educar/cuidar.

Considera-se que, tal abertura, em última instância possa favorecer uma efetiva presença do homem na EI e oportunizar que outros atores sociais, com concepções mais rígidas, possam vivenciar essa experiência e ressignificar tais concepções. Esses

são registros das pesquisas (MONTEIRO; ALTMANN, 2014; SCIOTTI, PEREZ; BELLIDO, 2019) que abordaram a experiência de se ter o homem na Educação Infantil. Tais estudos indicam que os participantes, apesar de revelarem uma estranheza inicial, a partir de tal experiência, puderam construir novos significados em relação ao cuidar, ao educar e à carreira docente na EI para homens.

### **Nem cuidar nem educar**

Verificou-se que um total de 23% de todos os participantes não aceitaria que o homem desempenhasse as funções de cuidar e educar. O grupo que mais demonstrou resistência foi o das educadoras com 30%, sendo 25% desse total da rede privada de ensino. Esse número é aproximadamente um terço do total de educadoras entrevistadas. Logo em seguida, veio o grupo de progenitores de meninas (27,5%). Esse padrão se mantém quando se somam as categorias “nem educar, nem cuidar” e “educar sim, cuidar não”, pois entre as educadoras a soma dessas duas categorias representa 50% das respostas e entre os pais e mães de meninas representa 45%.

Esses resultados evidenciam a reprodução de padrões de feminilização da Educação Infantil que corroboram com outras pesquisas da literatura na área (ALVARENGA; VIANNA, 2018; JAEGER; JACQUES, 2017). As falas reforçam a manutenção da não paridade entre homens e mulheres nesse contexto educativo. Como afirma Carvalho e Rabay (2015), a paridade e a equidade de gênero são questões distintas, porém intimamente relacionadas. Assim, os resultados indicam que o caminho para se alcançar a equidade de gênero nesse contexto ainda é longo.

Em relação ao infantil né. Eu acho que a educadora ela tem mais jeito com criança, tem mais afeto, ela age mais como mãe na forma de tratar os alunos. Acho que a mulher pra o infantil seria melhor do que o homem (P53. Mãe de menino - EI Privada).

Evitaria. Se fosse nessa fase de matrícula eu evitaria matricular. Eu acho que é uma atividade bem materna assim nessa idade, que é quase como uma substituição da mãe, acho que a mulher desempenha melhor do que o homem essa atividade (P79. Pai de menino - EI Privada).

Observa-se que, entre pais e mães, a estereotipia de gênero foi maior entre os progenitores em relação à filha. Assim, para 17,5% deles não é permitida a educação e cuidado de suas filhas por um educador homem. Já em relação aos progenitores de meninos, a categoria “educar sim, cuidar não” nem foi mencionada. O que demonstra que o sexo do educador não é motivo de preocupação para os progenitores de filho do

sexo masculino. Tais resultados se assemelham aos encontrados por Gonçalves et al. (2015) que, ao compararem pais e mães de meninas e meninos, destacam que os de meninos revelam maior aceitação para o educador homem. As falas a seguir exemplificam esses achados: “Nada contra a parte educativa. Essa idade que ela tá agora. Como uma professora normal, sem dar banho” (Pai 63 - EI Privada).

O homem, às vezes, não tem muito cuidado com a criança naquela parte de tomar banho, naquela parte de escovar os dentes.. da alimentação, sempre a mulher tem um jeitinho melhor. A parte educacional, tranquilo, o homem e a mulher ele flui bem o que for fazer em termos de tarefa, em termo de ensinamento pra ela (P61. Pai menina - EI privada).

A preocupação dos progenitores envolve, inclusive, o preconceito em relação ao fato de o educador homem ser homossexual, assim, verifica-se uma associação disto com a violência sexual contra as crianças. Como destacado por Oliveira e Viviani (2019), a figura do homem educador é temida no contexto da Educação Infantil, por estar associada à iminente ameaça de violência sexual às crianças.

Olhe, vou lhe ser bem sincero. Depende da pessoa. Se por exemplo, tivesse trejeitos homossexuais eu não ia ficar a vontade não, se bem que isso é uma coisa muito relativa, porque hoje em dia a pedofilia é algo que pode alcançar qualquer um, o filho de qualquer um e geralmente é algo que a gente vê em homens. É muito difícil você ver, escutar casos de uma mulher que tenha cometido esse crime, então sinceramente eu não sei, vai depender da leitura que eu fizesse da pessoa (P78. Pai de menino - EI Privado).

Outrossim, com base na fala supracitada, percebe-se que a compreensão da identidade de gênero é atravessada pelo modelo heteronormativo, andocêntrico. Esse padrão dicotomiza o gênero no modelo binário masculino e feminino, discrimina e exclui práticas consideradas desviantes (VIANA; FINCO, 2009).

Quanto às educadoras que apresentaram concepções de que o homem educador não pode “nem cuidar, nem educar” na Educação Infantil, suas falas associam a docência com crianças ao modelo maternal. Essas participantes apresentaram uma visão da mulher como a responsável pelos cuidados e higienização das crianças na Educação Infantil. Desconsideram, assim, o processo pedagógico e intencional das práticas docentes nesse contexto educativo, como é destacado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

A mulher em si ela tem, tem mais jeito assim... O homem é mais duro né? E pra criança assim pequena a gente tem que ser mais delicada, assim delicada na questão de saber compreender né, saber conversar, sabe a hora de interrogar né? E eu acho que o homem é mais distante disso né? A gente vê professor assim em

sala de crianças maiores pronto no ensino médio porque ali exige mais né o homem mais duro mais em Educação Infantil não, eu acho que não (P88. Educadora - EI Pública).

Porque assim, eu acho assim, que você trabalhar com criança, eu acho que mulher tem mais jeito. Mulher tem, é mais carinhosa, tem mais jeito de falar, mesmo que o homem goste, mas não é a mesma coisa. Aí eu creio assim que na educação assim, pra trabalhar com criança, acho que é um pouco desajeitado... É, não tem aquela, não é como uma mulher, eu acho que a mulher, não sei se é porque é de mulher mesmo por ter, ser maternal, coisa, aí eu acho que o homem não, é diferente (P93. Educadora - EI Privada).

Ao associarem o trabalho com crianças pequenas a uma responsabilidade da mulher, essas educadoras reproduzem uma visão patriarcal sobre o trabalho, e, ao mesmo tempo, tornam-se vítimas de uma estrutura social que, por vezes, desvaloriza o seu próprio trabalho em função desse mesmo entendimento. Pesquisas, como a realizada por Gonçalves e Penha (2015), mostraram que até mesmo os egressos homens dos cursos de Pedagogia reproduzem o estereótipo de gênero, em relação à docência na Educação Infantil.

Significados de gênero são impressos no cotidiano das interações das crianças com os seus pais, mães e demais agentes socializadores. As expectativas, crenças, práticas educativas e formas de se comportar, daqueles que são considerados seus principais socializadores, orientam e reforçam também a formação de crenças e atitudes das crianças sobre a identidade e relações de gênero (FINCO, 2015). Destarte, a criança é um ser ativo e coconstrutor de cultura, e assim, participam do processo de construção de suas identidades. Elas questionam e desafiam regras e valores (VIANA; FINCO, 2009).

Nesse sentido, o contexto educativo é um terreno fértil e tem um grande potencial para a desconstrução de práticas que segreguem e discriminem. Para que isto ocorra, no entanto, é de fundamental importância que as relações de gênero na Educação Infantil sejam alvo de análise e discussões, a fim de que processos naturalizados e acríticos não sejam reproduzidos. Problematizar relações desiguais e de dominação, desde a infância, é um caminho possível para a equidade de gênero (VIANA; FINCO, 2009).

## **Educar sim, cuidar não**

Essa categoria totalizou 11% dos participantes, entre mães, pais e educadoras e denota a aceitação de que um homem educador possa educar a criança, porém, não cuidar da mesma:

Ia depender, né?! Porque, pra educar tudo bem, né?! Até porque por isso existe o pai em casa. Mas, assim, pra educar na hora da brincadeira, na educação, do diálogo, tudo bem. Agora, na hora do banho, que é uma coisa mais assim... mais reservada não, não daria certo não (P7. Mãe de menina - EI Pública).

Compreendem, assim, o cuidar como uma prática separada do educar, associada às atividades direcionadas ao corpo e às funções fisiológicas. Essa dicotomia retira o caráter pedagógico do cuidado na EI e atribui tal função à educadora mulher, como responsável pelos cuidados básicos da criança. Destaca-se, que os pais (homens) de meninas apresentaram um percentual maior (12,5%) de não aceitação do cuidar.

Rapaz, acho que é muito assim diferente, né, porque, professor? O caba vê tanto aí nesses colégios que sai, professor fica a fim de uma menina, isso e aquilo. Eu sei não. Eu mesmo não aceitaria não (P26. Pai de menina - EI Pública).

É preciso problematizar que concepções que naturalizam o cuidado como feminino, por vezes, também concebem a agressividade e o descontrole sexual como masculino.

Para as educadoras, 20% delas, sendo 15% da rede pública de ensino, o homem educador pode desempenhar as funções de educar, mas não de cuidar de crianças na Educação Infantil:

Assim na capacidade de ensinar é a mesma coisa. Porque assim as crianças de 2 anos têm mais menina que a gente vai trocar fraldinha entendeu? Homem não sabe trocar muito fralda...um menino maior ele já tem a capacidade de troca a roupa só, e a gente, como eles são pequenininhos, eles dependem muito da gente pra tudo (P85. Educadora - EI Público).

A essencialização do cuidado como algo feminino e, portanto, da mulher, tem diversas implicações. Ela cria barreiras para que o homem desempenhe, de forma mais assertiva, a função de pai e/ou educador. No campo da paternidade, ela pode inibir que pais homens interajam mais com seu filho ou filha durante a primeira infância. Isso, além de gerar uma sobrecarga da mulher no espaço doméstico, ainda pode dificultar que as crianças compartilhem com seus pais homens, importantes aspectos do desenvolvimento infantil ainda durante a primeira infância.

Já no campo profissional, essa essencialização do cuidado dificulta a compreensão de que o ofício de professor da Educação Infantil pode ser desempenhada por homens e obstaculiza a aceitação de que o homem pode atender crianças da faixa etária de 24 e 36 meses (JAEGER; JACQUES, 2017). Além disso, a exposição de crianças a situações em que apenas mulheres exerçam essa profissão, acaba por facilitar que



elas reproduzam em suas brincadeiras (LEW-LEVY et al., 2020) ou em suas possíveis escolhas profissionais (WEISGRAM; BIGLER; LIBEN, 2010), estereótipos de gênero que podem limitar diferentes aspectos de seu desenvolvimento e assim perpetrar tais diferenciações.

Na concepção das educadoras de que um homem poderia educar, mas não cuidar, este fica impedido de ser educador da EI por não ser considerado capaz de desenvolver, de maneira plena, as atividades exigidas no seu labor cotidiano. Nesse sentido, ressalta-se a visão limitada das próprias educadoras em relação ao binômio educar-cuidar. A particularidade dos trabalhos desempenhados pelas docentes da Educação Infantil implica na indissociabilidade dessas duas dimensões: ao cuidar, educa-se e ao educar, cuida-se. Como aponta Vasconcelos e Salomão (2016), a promoção do desenvolvimento infantil se dá também a partir do desenvolvimento de atividades relativas ao cuidado.

Tais concepções revelam que as próprias educadoras entendem seu trabalho a partir de uma visão essencialista da docência na Educação Infantil, que realça o cuidado como algo feminino e, portanto, deve ser desempenhado pelas mulheres. Isso implica no entendimento de que a própria formação em Educação Infantil deve ser oferecida para mulheres, e não para homens, pois elas têm a aptidão e as condições para o desempenho dessa função. Enquanto que o homem, sendo desprovido de aptidão, apenas poderia desenvolver habilidades técnicas e assim nunca chegaria a poder desempenhar tão bem a docência na EI, quanto as mulheres (GARCÍA-PRIETO; ARRIAZU-MUÑOZ, 2020).

Concepções que associam o desempenho da docência na EI com a aptidão natural das mulheres para o cuidado, colaboram para a própria desvalorização da profissão (GONÇALVES; PENHA, 2015). Isso ocorre, uma vez que a aptidão é algo natural e não aprendida, não necessita de formação adequada e, assim, qualquer um que a tenha pode desempenhar o trabalho. Tal visão minimiza o próprio processo de formação das educadoras, formação essa que exige tempo, aprendizado e dedicação. Dessa forma, o conhecimento científico que a formação propicia é desvalorizado em última instância pelas próprias profissionais, pois as concepções sobre masculinidade e feminilidade parecem dificultar o entendimento do valor do trabalho que elas desenvolvem.

Quando se compara a aceitação do homem na EI entre os dois grupos de educadoras, verifica-se que ter ou estar em processo de formação em curso de nível superior, não implicou em uma visão menos estereotipada das questões de gênero e práticas educativas. A porcentagem de educadoras que estavam cursando nível superior ou haviam concluído o ensino superior na rede privada era de 90%, já no grupo de

professoras que atuam na rede pública esse índice era de 50%. No entanto, o grupo de educadoras com maior nível de escolaridade apresentou mais rejeição (30%) que o de menor nível (20%), ou seja, a formação parece não ter interferido nas respostas.

Tal resultado pode indicar que a formação de professores não tenha colaborado para a compreensão de que homens e mulheres podem aprender conteúdos e desenvolver habilidades relativas à primeira infância, educação de crianças, etc. Embora a maior parte das educadoras do presente estudo tenha formação em curso de nível superior, é necessário destacar a importância da qualidade da formação.

A esse respeito, Finco (2015) diz que, apesar da formação dos educadores em nível superior ser um avanço e representar uma certa valorização da profissão no contexto brasileiro, esses cursos não têm contemplado o debate das questões de gênero, sobretudo na Educação Infantil. A problematização da temática das relações de gênero nos cursos de formação do professor é importante para a desconstrução de preconceitos e valorização da formação docente.

Assim, os relatos das educadoras, ao mesmo tempo que minimizam a formação em Educação Infantil, indicam que a formação não implica em uma mudança de concepção de gênero. Como possível explicação para esse dado, reitera-se aqui o pensamento de Jaeger e Jacques (2017), as quais consideram que os cursos de Pedagogia e demais licenciaturas, em sua maioria, raramente abordam a temática das relações de gênero e sexualidade em seus currículos. Quando abordam, o fazem a partir de uma visão biológica e essencialista. Desconsideram, assim, os processos sociohistóricos e culturais que definem modos de ser e de se comportar.

Compreende-se, portanto, que a concepção do cuidado infantil como sendo algo natural da mulher, é um dos possíveis obstáculos para o próprio processo de profissionalização da profissão (VASCONCELOS; SALOMÃO, 2016; JAEGER; JACQUES, 2017). Nesse contexto, é importante que as educadoras compreendam, de forma crítica, o lugar que a sua profissão ocupa na estrutura social.

### **Não responderam/não sabia**

Dentre todos os participantes, 18% não responderam/não souberam responder frente a situação hipotetizada. Ressalta-se que, dos respondentes dessa categoria, 15% eram educadoras. O fato de não se encontrar muitos homens docentes na Educação Infantil, pode ter contribuído para que os participantes não respondessem à questão, por não terem ainda pensado sobre tal possibilidade. Seguem-se relatos dos que se

enquadraram nessa categoria: “Sinceramente eu não pensei nisso. Nenhuma, nenhuma, não há exemplo assim próximo. Não tenho referencial pra responder não” (P65. Pai de menina- EI Privada). “É muito difícil acontecer isso, é tanto que não tem, é isso que eu acho, entendeu? Aí eu acho que por ser um, não sei não qual seria minha reação” (P.57. Mãe de menino- EI privada).

A pesquisa, ao abordar o assunto a partir do método da entrevista não estruturada, também contribui para uma reflexão dos participantes sobre o assunto. Assim, a entrevista, que se configura como um procedimento básico de coleta de dados, por meio da qual o pesquisador pode ter um contato direto com o seu objeto de pesquisa (CALIL; ARRUDA, 2004), propiciou um momento de reflexão por parte do participante sobre o assunto pesquisado.

É importante ressaltar que, no Brasil, a LDB (1996) não estabelece nenhum impedimento para que homens desempenhem a função docente na Educação Infantil. No entanto, o preconceito em relação a esses profissionais pode afastá-los da escolha pelo curso, assim como da entrada no mercado de trabalho na Educação Infantil. Quando conseguem finalizar a sua formação, geralmente escolhem ou são escolhidos para serem diretores, coordenadores e/ou professores de educação física, como mostrado no estudo de Gonçalves (2010).

Ademais, segundo Roveri (2018, p. 118), os documentos legais que orientam o currículo da EI, como a BNCC, “consolidam práticas que há décadas corroboram para o sexismo”. A exclusão de termos como “identidade de gênero” e de uma abordagem específica das questões de gênero desse documento, contribui para a invisibilidade do problema. Além disso, reverbera na construção das crenças e expectativas, sobretudo de docentes e crianças, sobre os papéis e as relações de gênero.

Finco (2015) chama a atenção para a importância do debate de gênero e Educação na Infância, no sentido de contribuir para a profissionalização do professor e da professora da Educação Infantil, para que meninas e meninos sejam críticos em relação ao processo de construção das identidades de gênero. Ademais, abordar as concepções das educadoras sobre gênero e EI, no que concerne à aceitação do homem para a realização da atividade de professor da EI, é importante porque elas se configuram como importantes mediadoras do conhecimento para as crianças. Assim, suas concepções podem reverberar em práticas que são percebidas e internalizadas pelas crianças no processo de constituição de suas identidades.

Em um contexto em que os corpos, as relações humanas e o trabalho são generificados, cada sujeito social pode ser reproduzidor e coprodutor desses sentidos. É

seguindo essa lógica que mães, pais e educadoras também reproduzem estereótipos de gênero em suas práticas educativas e em relação à docência na Educação Infantil, mesmo que em última instância isso implique perdas sociais e monetárias para estes profissionais. Destaca-se, no entanto, que as ressignificações sobre masculinidade e feminilidade podem favorecer que tais processos sejam desconstruídos e novos sentidos sejam desenvolvidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa abordou as concepções de pais, mães e educadoras sobre a aceitação do homem como educador na EI e analisou se elas variaram mais em função do sexo do filho, do sexo dos progenitores ou do nível socioeconômico/educacional dos mesmos. Os resultados demonstraram a importância de se pesquisar, de forma conjunta, essas três variáveis, pois ela permite identificar, com mais precisão, quais são os grupos mais resistentes à presença do homem na EI. Os resultados revelam que as respostas dos progenitores variaram mais em função do sexo do filho. Assim, ser pai ou mãe de menina esteve associado a uma maior rigidez na compreensão de que a atividade de cuidar e educar crianças, na primeira infância, é uma atribuição feminina e que, portanto, deve ser desempenhada por mulheres.

A família e os centros de Educação Infantil se configuram como alguns dos mais importantes agentes socializadores das crianças na primeira infância. Trabalhar com ambos os contextos, de forma concomitante, contribui para que não ocorram inferências sobre as relações familiares, quando o alvo de análise for a fala das educadoras e inferências sobre como são as instituições de EI, a partir das falas dos progenitores, pois ambos os contextos são analisados diretamente. Isso ficou evidente, quando as educadoras tentaram justificar que os pais e as mães das crianças não iriam aceitar que um homem assumisse o papel de educador, quando na realidade, elas mesmas, educadoras da rede pública e privada, se apresentaram como o grupo de maior resistência. Além disso, quando se analisam os contextos de forma conjunta, podem-se verificar suas semelhanças e diferenças e suas continuidades e discontinuidades.

Salienta-se que a presença de homens na Educação Infantil pode colaborar para o próprio desenvolvimento infantil, pois se entende que essa é uma oportunidade para que crianças internalizem padrões menos rígidos de feminilidade e masculinidade. Ademais, serve para que elas compreendam que o feminino e o masculino não são dois polos distintos e diametralmente opostos, mas, se tratam de dimensões que se

intercruzam e estão contidas uma na outra. Desse modo, acredita-se que a essencialização sobre padrões rígidos pode ser desconstruída a partir de uma prática profissional que tenha atores mais diversos.

Tal movimento deve fazer parte de um processo que discuta sobre a importância da representatividade dos homens no contexto da EI. Isto se configura como um importante instrumento para a fortificação de identidades mais autônomas, bem como para a construção de um lugar social, político e econômico do trabalho pedagógico na EI, diferente daquele a ele comumente destinado. Defende-se, pois, que a representatividade, por meio da presença do educador homem no contexto da EI, pode favorecer uma menor estereotipia de gênero por parte de todos os atores envolvidos, inclusive das próprias crianças.

Os resultados da presente pesquisa apontam para a necessidade urgente de promoção de debates sobre masculinidade e feminilidade, associados a uma compreensão mais ampla sobre a indissociabilidade do binômio cuidar-educar na formação dos educadores. Trabalhar tais questões de forma concomitante é imprescindível para que o educador homem possa desempenhar seu trabalho de forma plena e integral.

Nesse sentido, é importante que o assunto seja abordado de forma crítica, pois isso pode indicar um ambiente mais acolhedor para o homem na EI, desde sua formação até sua prática profissional. Discutir tal assunto, ainda na graduação, pode favorecer uma maior conscientização dos próprios educadores sobre o lugar que a profissão desempenhada ocupa na estrutura social, demarcando esse espaço como algo feminino e de menor valor. Compreende-se, pois, que o maior reconhecimento social e uma maior valorização da profissão perpassa pela desconstrução da essencialização, de que a mulher é a cuidadora natural da criança. Além disso, salienta-se que essa é uma das bases para uma verdadeira educação para a diversidade.

Por fim, conclui-se que a vivência de uma educação livre de preconceitos de gênero perpassa pela liberdade de escolha profissional de cada cidadão. Entre estes, aqui se destaca a própria liberdade de escolha profissional do homem que deseja trabalhar na EI, dado que tal escolha é um direito que deve ser assegurado para todos. Assim, uma educação que preze pela garantia dos direitos humanos fundamentais em suas relações e estruturas, deve oferecer, para as crianças, um ambiente educacional que respeite a diversidade e esteja livre de concepções que limitem tanto a prática dos educadores, quanto o próprio desenvolvimento infantil.

## REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**: dos Projetos Político-Pedagógicos à política educacional. 1ª Ed. São Paulo: Ação Educativa, 2019. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Guia\\_Indique\\_Educacao\\_Infantil.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Indique_Educacao_Infantil.pdf) Acesso em 01. jun. 2020.
- ALCÂNTARA, Juliana Nascimento de; DIAS, Alfrancio Ferreira; GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento. Play at child education: problematizing gender relations in school. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v.44, e20/, p.1-21. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34607/pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.
- ALVARENGA, Carolina Faria; VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero como uma dimensão de qualidade: uma análise do processo de construção dos indicadores de qualidade da educação infantil paulistana. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 11-26, maio 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2018v20n37p11>. Acesso em 15 jul. 2019.
- ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.113, p.167-184, jul. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742001000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 16 jul. 2015.
- AZÚA, Ximena; LILLO, Daniela; SAAVEDRA, Pamela. O desafio de uma educação não sexista na formação inicial: práticas de ensino de educadores da primeira infância em escolas públicas chilenas. **Qualidade na educação**, Santiago, n. 50, p. 40-82, ago. 2019. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-45652019000100040&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-45652019000100040&lng=es&nrm=iso). Acesso em 22 jan. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 14 de jul. 2020.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, p. 27894, 23 dez. 1996a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 23 de jan. 2015.
- CALIL, Regina Célia Ciriano Calil; ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya. Discussão da pesquisa qualitativa com ênfase no método clínico. In: Grubits, S.; Noriega, J. A. V. (org.). **Método qualitativo**: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004, p.173-212.
- CARMO, Paulo Henrique Barbosa do; ALVARENGA, Patrícia. Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos. **Estudos de Psicologia**,

Natal, v. 17, n.2, p. 191-198. 2012. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812016000300014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000300014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 23 ago. 2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 15 jul. 2018.

FINCO, Daniela. Igualdad de género en las instituciones educativas de la primera infancia brasileña. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manilazes, v. 13, n. 1, p. 85-96, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4999891>. Acesso em: 12 jan 2020.

FONSECA, Paula Fontana. O laço educador-bebê se tece no enodamento entre cuidar, educar e brincar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1555-1568, out. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362018000401555&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401555&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 20 jun. 2019.

GARCÍA-PRIETO, Itziar; ARRIAZU-MUÑOS, Rubén. Estereotipos de género én educación infantil: um estúdio de caso desde la perspectiva sociocultural. **Zero a Seis**, Florianópolis, v. 22, n. 41, p. 04-30, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/1980-4512.2020v22n41p4>. Acesso em 15 jul. 2020.

GIACHINI, Alessandra Cristina Bolfe; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Relação de gênero na educação infantil: apontamentos da literatura científica. **Revista Ibero-America de Estudos em Educação**, Araraquara, [S.1], p. 1409-1422, nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9038>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; SILVA, Alcione Leite da; ERN, Edel. O cuidado de crianças em creche: um espaço para a enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 24, n. 2, p. 147, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4471/2405>. Acesso em 20 jun. 2019.

GONÇALVES, Josiane Peres; PENHA, Natália Ribeiro da. Professor homem na educação infantil: o olhar de acadêmicos e alunos egressos do curso de pedagogia. **Zero a Seis**, Florianópolis, v. 17, n. 32 p. 170-192, dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/1980-4512.2015n31p170>. Acesso em 10 jul. 2018.

GONÇALVES, Josiane Peres; FARIA, Adriana Horta de; OLIVEIRA, Leonardo Alves de; SOARES, Pâmela Karoline. Relações de gênero e representações sociais relativas à atuação de homens professores de crianças. **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.36-54, 2015. Disponível: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/fdc/article/view/754>. Acesso em 10 out. 2019.

GONÇALVES, Josiane Peres. Representações Sociais de Homens Professores Sobre o Trabalho Educativo Desenvolvido Com Crianças. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 45-52, dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/10155>. Acesso em 24 jan. 2020.

INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica**: 2012. Resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf). Acesso em 11 fev. 2017.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n. 2 562, p.545-570, ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200545&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200545&lng=en&nrm=iso). Acesso 13 ago. 2019.

LEW-LEVY, Sheina; BOYETTE, Adam H.; CRITTENDEN, Alyssa N.; HEWLETT, Barry S.; LAMB, Michael E. Gender-Typed and Gender-Segregated Play Among Tanzanian Hadza and Congolese BaYaka Hunter-Gatherer Children and Adolescents. **Child Development**, v. 91, n.4, p.1284-1301, 2020. Disponível em: <https://srcd-onlinelibrary-wiley.ez292.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/cdev.13306>. Acesso 12 jul. 2020.

LIBEN, Lynn S.; BIGLER, Rebecca S.; KROGH, Holleen R. Language at work: children's gendered interpretations of occupational titles. **Child Development**, v.73, n.3, p.810-828, 2002. Disponível em: <https://srcd-onlinelibrary-wiley.ez292.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/1467-8624.00440>. Acesso 14 mar. 2015.

LIMA, Camila Rodrigues Neves de Almeida. Gênero, trabalho e cidadania: função igual, tratamento salarial desigual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.3, e47164, out. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2018000300210&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300210&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 15 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982007000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 23 set. 2017.

MARTINS, Gabriela Dal Forno; VIEIRA, Mauro Luís; SEIDL-DE-MOURA, Maria Lucia; MACARINI, Samira Mafioletti. Crenças e práticas de cuidado entre mães residentes em capitais e pequenas cidades Brasileiras. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p.692-701, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722011000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000400009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 20 out. 2018.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.44, n.153, p.720-741, set. 2014. Disponível em:



[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000300012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 jan. 2018.

OLIVEIRA, Maria Aparecida; DONELLI, Tagma Marina Schneider; CHARCZUK, Simone Bica. Cuidar e educar: o sujeito em constituição e o papel do educador. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v.24, e213679, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572020000100304&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572020000100304&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 jul. 2020.

OLIVEIRA, Rosmari Pereira de; VIVIANI, Luciana Maria. Entre a fralda e a lousa: a questão das identidades docentes em berçários. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v.32, n.1, p. 73-90, 2019. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-91872019000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872019000100006&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 29 jun. 2020.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, p. 6167-6176, 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/266244820\\_A\\_MULHER\\_NO\\_MAGISTERIO\\_BRASILEIRO\\_UM\\_HISTORICO\\_SOBRE\\_A\\_FEMINIZACAO\\_DO\\_MAGISTERIO](https://www.researchgate.net/publication/266244820_A_MULHER_NO_MAGISTERIO_BRASILEIRO_UM_HISTORICO_SOBRE_A_FEMINIZACAO_DO_MAGISTERIO). Acesso em 04 fev. 2020.

RAUPP, Marilene Dandolini; DURLI, Zenilde; CORAL, Edineia Solange; NEIVERTH, Thaisa. A gestão do curso de especialização em Educação Infantil da UFSC. *In: Flôr, Dalânea Cristina; Durli, Zenilde (ogs.). Educação infantil e formação de professores*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 17-43.

ROVERI, Fernanda Theodoro. Gênero e diversidades na infância: desafios para a formação docente face ao retrocesso curricular. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v.4, n.Especial, p.115-121, dez. 2018. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/589>. Acesso em 15 jun. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-64, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 28 jul. 2015.

SANTOS, Sandro Vinícius Sales dos. A socialização e a educação infantil – um ensaio. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 52, p. 1-18, e10621, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.10621>.

SCIOTTI, Fernanda Ferrari Ruís; PEREZ, Marcia Cristina Argenti; BELLIDO, Luciana Ponce. Ser professora na educação infantil: gênero e docência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.14, n. esp 2, p.1569-1579, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12616/8787>. Acesso em 04 fev. 2020.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 17-39, jun. 2010. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 15 abr. 2018.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Formação docente, educação infantil e bebês. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. especial, p.55-70, 2019. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/585>. Acesso em 10. jun. 2020.

VASCONCELOS, Dalila Castelliano de; SALOMÃO, Nádía Maria Ribeiro. Educadoras de creches: concepções sobre desenvolvimento infantil. **Revista Lusófona de Educação**, v.33, n.33, p. 81-94, 2016.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, dez. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10. jun. 2020.

WEISGRAM, Erica S.; BIGLER, Rebeca. S.; LIBEN, Lynn. S. Gender, values, and occupational interests among children, adolescents, and adults. **Child Development**, v. 81, n.3, p.778-796, 2010. Disponível em: <https://srcd-onlinelibrary-wiley.ez292.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/j.1467-8624.2010.01433.x>. Acesso em 10. fev. 2020.

## NOTAS

### O PROFESSOR HOMEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM PAIS, MÃES E EDUCADORAS?

The male educator in Early Childhood Education: what do fathers, mothers and female educators think about it?

#### **Dalila Castelliano de Vasconcelos**


Doutora em Psicologia  
Universidade Federal de Campina Grande  
Unidade Acadêmica de Educação  
Programa de Pós-graduação em Educação  
Campina Grande, Brasil  
[dalila\\_bal@hotmail.com](mailto:dalila_bal@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9622-4057> 

#### **Lucivanda Cavalcante Borges**

Doutora em Psicologia  
Universidade Federal do Vale do São Francisco  
Colegiado de Psicologia  
Programa de Pós-graduação em Psicologia  
Petrolina, Brasil

[luciborgespsi@gmail.com](mailto:luciborgespsi@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0393-0102> 

#### **Nádía Maria Ribeiro Salomão**

Doutora em Psicologia  
Universidade Federal da Paraíba  
Departamento de Psicologia  
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social  
João Pessoa, Brasil

#### **Endereço de correspondência do principal autor**

Universidade Federal de Campina Grande, Unidade de Educação, R. Aprígio Veloso, 882 - Universitário, Campina Grande - PB, 58429-900.

#### **Endereço de correspondência do segundo autor**

Av José de Sa Maniçoba, S/N. Centro. CEP. 56. 304-917. Petrolina- PE. Colegiado de Psicologia.

#### **Endereço de correspondência do terceiro autor**

Jardim Universitário, S/N - Campus I - Castelo Branco, PB, 58051-900. Departamento de Psicologia.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os participantes que se dispuseram a participar da pesquisa.

#### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** D. C. de Vasconcelos, L. C. Borges, N M. R. Salomão

**Coleta de dados:** D. C. de Vasconcelos

**Análise de dados:** D. C. de Vasconcelos, L. C. Borges.

**Discussão dos resultados:** D. C. de Vasconcelos, L. C. Borges, N M. R. Salomão

**Revisão e aprovação:** D. C. de Vasconcelos, L. C. Borges, N M. R. Salomão

#### **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

#### **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

#### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o protocolo 551.099 em 27.02.2014.

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

#### **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

#### **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

#### **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

#### **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 29-07-2020 – Aprovado em: 01-09-2020